

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Indígenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaliel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslauský e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE

CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADOURAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva


Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ


Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Data de aceite: 03/08/2022

Uma primeira versão desse artigo foi publicada na revista *Askésis*. Cf: NASLAUSKY, CONCEIÇÃO e BRANDÃO (2019).

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: aluisarimm@gmail.com.

Wellington da Silva Conceição

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: wellington.sc@ufma.br.

Beatriz Brandão

Pesquisadora de Pós-Doutorado em Sociologia da Cultura pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO).
E-mail: brandao.beatrizm@gmail.com.

RESUMO: O presente texto trata do modelo proibicionista brasileiro no que tange ao uso de determinadas substâncias psicoativas, tidas como drogas ilícitas, e sua adesão pela opinião popular. Parte do questionamento sobre quais seriam as razões pelas quais o modelo vigente ganhou aceitação entre os brasileiros, ao ponto de se tornar uma das justificativas expressas no texto legal da Política Nacional Sobre Drogas de 2019. De início, foi traçado um panorama histórico, a

fim de demonstrar como a moralidade protestante estadunidense esteve presente nos primórdios do proibicionismo ocidental. Considerando que os brasileiros pautam suas posições sobre o tema, influenciados pela mídia, foi apresentada, ao final, uma pesquisa em 448 notícias, sobre como a mídia maranhense abordou a temática em 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Proibicionismo. Drogas. Brasil. Pnad. Mídia maranhense.

BRAZILIAN PROHIBITIONISM AND MORALITY IN PUBLIC OPINION: THE ROLE OF MARANHÃO MEDIA

ABSTRACT: This article deals with the Brazilian prohibitionist model with regard to the use of certain psychoactive substances, considered as illicit drugs, and their adherence by popular opinion. Part of the questioning about the reasons why the current model gained acceptance among Brazilians, to the point of becoming one of the justifications expressed in the legal text of the National Drug Policy of 2019. At the beginning, a historical panorama was drawn, in order to demonstrate how American Protestant morality was present in the early days of Western prohibitionism. Considering that Brazilians base their positions on the topic influenced by the media, a survey was presented at the end of 448 news stories about how the media in Maranhão approached the topic in 2019.

KEYWORDS: Prohibitionism. Drugs. Brazil. Pnad. Maranhão media.

PROHIBICIONISMO BRASILEÑO Y MORALIDAD EN LA OPINIÓN PÚBLICA: EL PAPEL DE LOS MEDIOS DE MARANHÃO

RESUMEN: Este artículo trata sobre el modelo prohibicionista brasileño respecto al uso de ciertas sustancias psicoactivas, consideradas drogas ilícitas, y su adhesión por la opinión popular. Parte del cuestionamiento sobre cuáles serían las razones por las cuales el modelo actual ganó aceptación entre los brasileños, hasta el punto de convertirse en una de las justificaciones expresadas en el texto legal de la Política Nacional sobre Drogas de 2019. Para demostrar cómo la moral protestante estadounidense estuvo presente en los inicios del prohibicionismo occidental. Teniendo en cuenta que los brasileños basan sus posiciones en el tema influenciado por los medios, al final, se presentó una encuesta de 448 noticias sobre cómo los medios de Maranhão abordaron el tema en 2019.

PALABRAS CLAVE: Prohibicionismo. Drogas. Brasil. Pnad. Medios de Maranhão.

1 | INTRODUÇÃO

Entre 2019 e 2021, desenvolvemos uma pesquisa etnográfica junto a uma comunidade terapêutica na cidade de Imperatriz (MA)¹. Diante das questões que encontrávamos no campo, descobrimos que lidávamos com algo muito maior do que os fatos que nos apareciam cotidianamente. As representações das drogas e das suas usuárias na comunidade terapêutica espelhavam um sistema de percepções e classificações presente em todo o país e até em outras partes do mundo. Diante disso, detectamos que uma tarefa importante para a continuidade da pesquisa, com o intuito de desvelar o fenômeno local, era compreender o sistema de representações envolvente. Assim, esse artigo apresenta um esforço em investigar a relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira (marcada por um viés proibicionista), consultando primeiramente a literatura especializada sobre o tema, as leis e suas transformações e o que circula na opinião pública, por meio de notícias veiculadas em portais de informação maranhenses no ano de 2019.

Quanto a essas moralidades, vale lembrar que na própria língua portuguesa brasileira, o vocábulo “droga” exprime uma gama de sentidos. Dentre eles, o Dicionário *Michealis* o identifica como “substâncias químicas alucinógenas, entorpecentes ou excitantes”, sendo essas as que são artificialmente divididas entre drogas lícitas e ilícitas. Paralelamente, os brasileiros utilizam o termo em seu sentido figurado quando referem-se a algo desagradável, sem valor, de má qualidade, ou mesmo como um xingamento, uma expressão de indignação.

Na literatura sobre proibicionismo e antiproibicionismo², o termo “drogas” não é

1. O trabalho culminou na dissertação de pesquisa defendida por Ana Luiza Naslauský em 2021, orientada pelo Dr. Wellington da Silva Conceição e pela Dra. Beatriz Brandão. Cf. NASLAUSKY, 2021.

2. Para citar alguns pesquisadores: BECKER (2008); VELHO (1998); FIORE (2008, 2013); CARNEIRO (1994, 2008); RUI (2007, 2014); LABATE (2004, 2008); VARGAS (2001).

somente um vocábulo e sim um conceito problematizador, ao se analisar que seu uso evoca regências morais e um gradiente de significados que mobilizam categorias de estigma, desigualdades, sofrimentos, dores, crimes, associados a valores e símbolos socialmente aceitos, de ordem pejorativa, com cunho moral. Quando se aciona a terminologia “drogas” (para se referir, sobretudo, as ilícitas), em alguns eventos e contextos, são elas utilizadas como um mal em si mesmo. Nas palavras de Simões (2008, p.13):

“Drogas” não são somente compostos dotados de propriedades farmacológicas determinadas, que possam ser natural e definitivamente classificadas como boas ou más. Sua existência e seus usos envolvem questões complexas de liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime, moralidade e violência, comércio e guerra.

Em que pese evidências científicas das mais diversas áreas denunciem o fracasso do modelo proibicionista³, o Estado, aliado à maioria dos brasileiros - no percentual de 58%, conforme Bokany (2015) – se posiciona pela manutenção de tal abordagem.

Esse aparente alinhamento entre opinião pública e ação estatal também serviu de justificativa para a atual Política Nacional Sobre Drogas - Pnad, em vigor desde abril de 2019. O texto legal inicia com dados estatísticos sobre um crescente consumo de drogas, lícitas e ilícitas, de modo a caracterizar o cenário como problemático para, ao final da parte introdutória, concluir:

Dar respostas efetivas e concretas a estes contextos é de fundamental relevância visto que a população brasileira, em quase sua totalidade, posiciona-se favorável à oferta de propostas de tratamentos gratuitos para o uso de álcool e outras drogas, além da ampliação das já existentes, bem como ao aumento da fiscalização sobre o comércio, tanto de drogas lícitas como ilícitas. [...]

Em seguida, aparece entre os pressupostos da Pnad:

2.2 A orientação central da Política Nacional sobre Drogas considera aspectos legais, culturais e científicos, especialmente, a posição majoritariamente contrária da população brasileira quanto às iniciativas de legalização de drogas. (Pnad – Decreto nº 9.761/2019).

Atendendo, em tese, à opinião pública dessa dita ‘população brasileira’, a Pnad mais recente estabeleceu diretrizes de atuação pública em diferentes setores (educação, saúde, assistência social, segurança pública, etc), priorizando o modelo de abstinência, em detrimento da redução de danos, bem como, reforçando o viés proibicionista por meio de algumas determinações.

3. O neurocientista Sidarta Ribeiro ajudou na elaboração da moção, com 33 referências científicas, condenando a política brasileira de entorpecentes. Mais informações na matéria de Alves (2018).

Diante desse cenário, questiona-se: quais seriam as razões pelas quais o modelo proibicionista ganhou tamanha aderência entre os brasileiros? Quais são as raízes que sustentam tal política e as fazem resistir a questionamentos nos mais diversos âmbitos? Questiona-se, além disso: quais seriam as influências que, no tempo presente, reverberam na opinião pública sobre o consumo de determinadas substâncias psicoativas?

Assim como outros temas sensíveis na sociedade brasileira, os meios de comunicação têm uma grande relevância na discussão sobre drogas. Por vezes, esses veículos abrem espaço para informações que até desafiam o imaginário coletivo sobre drogas, como resultados de pesquisas que mostram as fragilidades/fracassos de políticas de combate a sua venda e uso ou a eficiência do uso medicinal de plantas que são as bases de alguns entorpecentes. Mas, muitas vezes, tanto na forma como no conteúdo das notícias, acabam por coadunar com uma perspectiva proibicionista e moralizante do uso e vendas de drogas ilícitas.

Esse artigo está dividido em quatro partes, além da introdução e conclusão: nas duas primeiras, a partir de pesquisadores/autores que tratam da temática, construímos um breve histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas e suas consequências, com foco no território brasileiro. Depois, nas duas partes finais, trazemos uma análise da perspectiva proibicionista no meio midiático, trazendo autores que discutem o tema e apresentando/ analisando as notícias que foram objeto de nossa pesquisa.

Nosso objetivo nesse artigo é, a partir da análise do discurso sobre drogas dos principais portais de informação do estado do Maranhão⁴, identificar a presença de um discurso moralizante na abordagem proibicionista a partir dos temas, conceitos e perspectivas escolhidos pelos jornalistas desses veículos ao tratarem da temática “drogas”.

2 | A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA

O sociólogo espanhol Antonio Escotado (1996) relata que, com exceção dos esquimós, todas as sociedades tiveram, ao longo da história, alguma relação com drogas psicoativas, elaborando regras para estabelecer quem, como, qual e quando se poderia usá-las. Segundo ele, tal grupo não tinha acesso a nenhuma fonte – animal, vegetal ou fúngica – de onde retirar compostos químicos que, em contato com a corrente sanguínea, provocam alterações sensíveis no sistema nervoso central. Portanto, não há qualquer novidade no fato de que psicoativos fazem parte da vida das sociedades humanas.

No entanto, há algo de novo nessa história milenar, como constata Rodrigues

4. Foram selecionados cinco portais de informação pertencentes a diferentes jornais: *G1/MA*, *O Imparcial*; *O Estado do MA*; *O progresso* e *Jornal Pequeno*. O recorte temporal para essa pesquisa foi o ano de 2019.

(2017). Essa novidade se chama *proibicionismo*, nome pelo qual, contemporaneamente, se designa o conjunto de leis nacionais, alinhavada por tratados internacionais, que proíbem a produção, comércio e consumo de algumas substâncias psicoativas. Tal conjunto de leis, segundo Rodrigues (2017), não provém de tempos remotos, mas remete a um processo que conta com pouco mais de um século e que rapidamente se projetou mundialmente, constituindo um dos poucos temas quase consensuais nas conturbadas agendas das políticas internas e internacionais.

A análise sobre as origens do moderno proibicionismo, segundo Delmanto (2015), não pode deixar de se ater à América do Norte e aos fatores que engendram e difundem a alternativa repressiva como alternativa global para o trato político de certas substâncias, depois consideradas ilícitas. Tena (2000, p. 34, *apud* DELMANTO, 2015) afirma que as políticas de drogas são resultado de um processo histórico paralelo à criação e consolidação da própria nação dos Estados Unidos como potência mundial.

A primeira regulamentação importante sobre drogas e alimentos nos Estados Unidos data de 1906, e é conhecida como *Food and Drugs Act*. Neste período, os produtos psicoativos preferidos dos estadunidenses eram o álcool, os hipnóticos e os sedativos, como relata Szasz (2001). A essa altura, o poder político dos ideais puritanos já ganhava força desde metade do século anterior.

Rodrigues (2017) coloca que, em linhas gerais, as recomendações de conduta dos puritanos são muito rigorosas, predicando uma vida sem prazeres materiais ou sensoriais como a única forma virtuosa de existência. Assim, o uso de drogas psicoativas era condenado do mesmo modo que o jogo, as experimentações artísticas, o comportamento alegre e o sexo fora do casamento e sem propósito de procriação. Associações religiosas ganharam milhares de adeptos em todo o país e, na virada para o século XX, haviam formado bancadas parlamentares nos estados e, também, no governo federal.

A campanha contra o álcool era a mais visível e foi, também, a primeira grande campanha a ser vitoriosa, com a aprovação de uma lei – conhecida como “Lei Seca” – que proibiu, entre 1919 e 1933, a produção, importação, exportação, venda e consumo público, ou em estabelecimentos comerciais, de álcool. Rodrigues (2017) antecipa que não era apenas o álcool que estava na mira dessas organizações e das opiniões expressas por jornais, folhetos, livros e no dia a dia dos estadunidenses.

Segundo Rodrigues (2017), a relação entre algumas drogas psicoativas e minorias étnicas/sociais era amplamente arraigada nos Estados Unidos. O uso de *cannabis* era associado com mexicanos e hispânicos, em geral; o do álcool, com italianos e irlandeses; o consumo de ópio, com chineses; enquanto a cocaína era tida como droga de negros.

Em todos os casos, os preconceitos sociais e raciais difundidos entre a maioria branca e protestante eram potencializados pela crença de que esses grupos sociais eram compulsivos consumidores de substâncias que induziam ao pecado sensual e à violência. Assim, na base dos clamores por proibição do consumo de psicoativos residiam interesses de controle social, vigilância e criminalização de certas populações tidas como “perigosas”.

A crença de que o uso de algumas drogas psicoativas constituía uma ameaça à saúde pública e à segurança pública foi alicerçada, conforme Rodrigues (2017), em juízos de valor que repudiavam a experimentação de estados alterados de consciência, principalmente se esses fossem praticados por grupos já estigmatizados, temidos e perseguidos.

De modo semelhante, o Brasil dessa época registrou formas locais de associação entre drogas psicoativas, racismo e repúdio moral, como preleciona Rodrigues (2017). O consumo de maconha, também chamada de *diamba*, passou a ser objeto central da versão brasileira da medicina evolucionista de procedência europeia e estadunidense, interessada em entender as razões raciais para o suposto atraso econômico, intelectual e moral do país.

No início do século XX, as discussões sobre as drogas – como aconteceu com outras questões importantes – passavam pelo debate racial, conforme Silva (2015), de modo que entender o processo histórico que conduziu à percepção das drogas como reificação do mal. O uso da maconha foi pioneiramente criminalizado quando uma lei municipal promulgada em 1830, na então capital imperial, proibia o chamado “fumo de pango”, visando criminalizar um comportamento associado a negros escravos ou libertos.

A partir da década de 1910, com a chegada de grandes levas de imigrantes europeus e orientais, a emergência de grandes centros urbanos, aliada ao processo de industrialização, culminou nos primeiros grandes planos de reurbanização. A essa época, grupos maçônicos e organizações nacionalistas incorporaram, entre seus temas voltados à “regeneração da pátria”, a correção dos hábitos e da moralidade, incluindo a necessidade de combater o uso de drogas psicoativas. São Paulo e Rio de Janeiro contavam com a Polícia de Costumes, responsáveis pela aplicação das leis sobre decoro e respeito à moralidade pública. Nesse cenário, em 1915, o Decreto Federal nº 11.481 tratou sobre a restrição do uso de opiáceos e, em 1921, a Lei Federal nº 4.294 proibiu a venda e uso de cocaína e opiáceos para fins não medicinais.

Rodrigues (2017) arremata, afirmando que sociedades marcadas pelo racismo, pela xenofobia e pela moralidade cristã – ainda que com características e formas próprias – como a estadunidense e a brasileira, encamparam a luta contra o uso de drogas e contra quem as utilizava, produzia e vendia. O repúdio moral ao uso de algumas drogas, associado

ao medo e rechaço a determinados grupos sociais, mesclou-se com as teses científicas em voga sobre progresso, salubridade e desenvolvimento, produzindo um ambiente no qual passou-se a exigir do Estado a tomada de medidas repressivas visando salvar, ao mesmo tempo, a moral, a saúde e a ordem públicas.

Ao longo do século XX, o proibicionismo tornou-se um sucesso em termos de difusão, conforme Rodrigues (2017), influenciando normas nacionais em todo o planeta, ao mesmo tempo em que demonstrava explicitamente a incapacidade de alcançar o que se propunha.

Cem anos depois das primeiras proibições, ainda não se conseguiu equacionar o problema do abuso de substâncias ilícitas, conforme Boiteux (2015), embora as penitenciárias estejam cheias de pessoas presas por envolvimento com drogas. Para Delmanto (2015), em relação aos objetivos não declarados e pouco defensáveis, como os relacionados à maximização dos lucros e ao controle social das classes baixas, aí sim, pode-se afirmar que a proibição é um sucesso.

Na passagem do século XX para o século XXI, segundo Rodrigues (2017), a hegemonia das políticas proibicionistas começou a apresentar fissuras importantes. Avolumaram-se as críticas à violência gerada pelo mercado ilegal de drogas, grupos de usuários passaram a se organizar e a exigir mudanças nas leis repressivas, propriedades terapêuticas de muitos psicoativos foram crescentemente aceitas pela comunidade médica. Inauguraram as chamadas políticas de redução de danos, surgiram os defensores da “legalização” das drogas ou da sua “descriminalização” e as diferenças entre essas propostas não são claras. Algumas drogas ilegais passaram a ser crescentemente toleradas, como a maconha, deixando até mesmo de serem ilegais no Uruguai e em alguns estados dos Estados Unidos.

No Brasil, a promulgação da atual Lei de Drogas (nº 11.343/2006) foi saudada pela sua retórica preventiva que subjazia ao afastamento da possibilidade de pena privativa de liberdade ao usuário de drogas, embora tenha mantido esta conduta como um crime, segundo Delmanto (2015).

Portanto, o modelo proibicionista vivenciado pelo Brasil na atualidade tem origens históricas que remetem a tantas outras questões, ainda mais complexas do que os processos químicos desencadeados pelo uso de psicoativos. Mesmo que a proibição tenha se propagado a partir de interesses puritanos, políticos e econômicos dentro do país dominante na política global durante o século XX, para Delmanto (2015), sua eficácia mundial não se explica senão pela conjugação destes interesses dos Estados Unidos com os das elites locais de cada nação e do próprio aparato estatal enquanto tal, interessadas

no controle social das populações e de seus corpos, valendo-se dos discursos médico e jurídico.

Rodrigues (2017) conclui sua abordagem histórica afirmando que os empreendedores morais são os fundadores do proibicionismo. Os tratados e leis que instituem os “impositores” da “guerra às drogas” devem sua vida e continuidade ao substrato moral que considera insuportável aceitar ou conviver com estados alterados de consciência. Segundo Boiteux (2015), a estratégia proibicionista faz uso de um discurso moralista, baseado na alegada necessidade de proteção da saúde pública. Para Oberling e Pinto (2015), a mudança para um discurso moral marcou a forma pela qual as drogas foram definidas, etiquetadas, estigmatizadas e controladas do último século até a atualidade.

Em suma, a experiência proibicionista brasileira seguiu a tendência mundial (estadunidense) e, ainda hoje, mesmo diante de tantas fissuras no modelo adotado, a moralidade em torno do assunto permeia a opinião pública e ação política dos brasileiros, de forma tão consistente que, em alguns casos, faz da “Guerra às drogas” um tema inquestionável.

3 | O MORALISMO NA PROIBIÇÃO

Visando aferir a opinião pública brasileira quanto ao tema “Drogas”, em 2013, o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo (RLS), realizou 2.400 entrevistas, em abordagem domiciliar, com aplicação de questionário estruturado e entrevistas face a face, distribuídas em 240 setores censitários, nas áreas urbanas e rurais de 120 municípios, distribuídos pelas cinco macrorregiões do país. Os principais resultados foram publicados na obra *Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões*, organizada por Vilma Bokany, em 2015.

Dentre as conclusões da pesquisa, Bokany (2015) sintetiza que a percepção da opinião pública sobre as drogas, de modo geral, é predominantemente negativa, associada à destruição, ruína, decadência e degradação pessoal, além de ser causa de problemas familiares, mortes, vício, violência e destruição da juventude.

Segundo Delmanto (2015), os dados obtidos apontam uma hegemonia do proibicionismo dentro das percepções do senso comum brasileiro. Trata-se, também, da hegemonia da desinformação, da razão entorpecida, afinal as respostas dos entrevistados não correspondem a aspectos evidentes da realidade – e muitas vezes, umas contradizem as outras. O autor identifica entre a população entrevistada um evidente desconhecimento, ou desinteresse, em ver substâncias lícitas como pertencentes a essa categoria drogas. Desta forma, naturaliza-se a legalidade de alguns alteradores de consciência e a ilegalidade

de outros, sem que haja um questionamento das origens, dos interesses e da própria lógica de tal ordenamento político e jurídico.

Venturi (2017) considera a incidência de um forte estigma sobre os consumidores de drogas ilícitas no Brasil. O autor se refere à pesquisa publicada em Bokany (2015), segundo a qual a associação entre droga e problema social foi confirmada logo em uma das primeiras perguntas, pois diante do enunciado “quando ouve a palavra ‘droga’, qual é a primeira coisa que você pensa?”, quase em sua totalidade as respostas espontâneas dos indivíduos a essa questão aberta expressaram associações indesejáveis. Apenas cerca de um em cada vinte entrevistados fez uma referência “neutra”, e só 1% fez alguma associação positiva, remetendo o termo a uso recreativo ou à autonomia dos indivíduos para decidir sobre seu consumo.

Conforme aferido na pesquisa, a opinião pública brasileira atribui o uso de drogas majoritariamente a processos de socialização e problemas sociais, por um lado, em combinação, por outro, com fatores que podem ser agrupados como debilidades individuais dos usuários. Ou seja, conforme analisa Venturi (2017), prevalecem respostas em que transparecem concepções em que o indivíduo usuário de droga é ora vítima da sociedade, ora culpado por causar o que se considera um mal a si mesmo.

Menos de dois quintos (38%) citaram como motivações para as pessoas usarem drogas algum tipo de busca, expressando, ainda que implicitamente, uma concepção de indivíduo como sujeito em interação ativa com o meio, capaz de fazer escolhas, como comenta Venturi (2017).

Cinco perguntas aplicadas na pesquisa trazem opiniões direta ou indiretamente relacionadas com a discussão da política proibicionista vigente, na visão de Venturi (2017). Indagados sobre o que seria melhor para lidar com os usuários de “drogas proibidas”, diante de quatro alternativas sugeridas – prisão, tratamento médico, ambas ou nenhuma delas –, quase dois terços manifestaram-se favoráveis a que usuários recebam tratamento médico (64%) e ainda 4% a “que possam consumir drogas sem ser presos e sem ser obrigados a fazer tratamento”; menos de um terço manifestou-se favorável à prisão (30%), seja combinada com tratamento médico (22%) ou como medida isolada (8%).

Segundo Venturi (2017), tais dados significam que a opinião pública é majoritariamente favorável a que o consumo de drogas seja enfrentado como uma questão antes de saúde do que de segurança pública – o que expõe o atraso da política brasileira para substâncias que considera ilícitas, tendo em vista a Lei de Drogas (nº 13.343/2006) que criminaliza o usuário, embora não lhe comine pena privativa de liberdade. Tal indicativo, segundo o autor, sinaliza a necessidade de se alterar o paradigma proibicionista vigente.

Para Oberling e Pinto (2015), embora nos últimos anos tenham se acirrado e produzido novas discursividades sobre o tema das drogas, o embate moral sobre a questão ainda se orienta por uma visão religioso/penal, onde a resolução dessas questões está apenas no âmbito do pecado/punição.

Ainda sobre os dados coletados na pesquisa de opinião, foi constatado um viés incoerente, segundo Delmanto (2015), no discurso do senso comum proibicionista, a respeito da informação que as pessoas dispõem para se posicionarem em relação às drogas. Mesmo que boa parte da população entrevistada disponha de fontes de acesso sobre drogas ilícitas ou primárias, já que são ou foram usuários, ou secundárias, já que conhecem usuários, no restante elas se informam primordialmente através da televisão – como declaram 75% dos entrevistados. Apenas 20% se informam pela Internet, e outros 10% e 7% se informam predominantemente através de seus pais e líderes religiosos, respectivamente.

Uma das principais críticas ao proibicionismo é a de que ele não só inibe o consumo, como ainda faz com que este seja menos seguro, por não prover informação de qualidade e digna de crédito por parte dos usuários.

Essa falta de informação, que pode em parte ser fruto da principal fonte, que, na concepção de Delmanto (2015), majoritariamente não prima pelo bom senso e pela profundidade (pelo contrário), fica bastante claro quando 26% das pessoas afirmam acreditar que crack e maconha são igualmente consumidos no Brasil – 32% acreditam que o crack é a droga mais consumida; 25% acham que é a maconha; 19%, a cocaína; apenas 14% e 9% reconhecem álcool e tabaco, respectivamente, como as drogas mais consumidas, sendo que em verdade são as principais, como indicam os dados disponíveis.

Segundo Delmanto (2015), a falta de acesso à informação e reflexão de qualidade também pode ser observada na visão generalizante que a maioria dos entrevistados demonstrou em relação ao consumo de drogas ilícitas. A maioria das pessoas – nos grupos de discussão e na pesquisa quantitativa – demonstrou ver o consumo de drogas numa chave completamente negativa, associando-o à doença, marginalidade, violência, fuga da realidade, analisando um fenômeno complexo através de um viés bastante específico e limitado, além de bem alinhado à cultura do medo que, sendo ele, a mídia “desinformante” costuma difundir.

4 | A MÍDIA (DE)FORMADORA DE OPINIÃO

São inúmeros os estudos que, nas últimas décadas, demonstraram como a televisão orienta demandas por determinados temas e ainda atua de forma a selecionar e direcionar

as informações (BOURDIEU, 1997). Isso indica, conforme Oberling e Pinto (2015), o grau de influência e orientação que ela pode produzir na construção de percepções e ideologias para a população de modo geral, sobretudo pelo apelo forte que as imagens desempenham na construção do imaginário social.

As autoras consideram que os principais meios de comunicação brasileiros se constituem como atores políticos e, como tais, suscitaram com que o tema das drogas se convertesse em uma problemática obrigatória para o Brasil.

O fato é que, segundo Boiteux (2015), os brasileiros têm uma opinião pública mal informada, que se deixa influenciar pela mídia (e não pela escola) e não tem acesso a fontes fidedignas de informação, o que faz com que se fortaleça a manutenção do modelo atual de controle de drogas o qual, segundo ela, se baseia na ignorância e no medo para manter. Para Boiteux (2015), o melhor exemplo dessa desinformação que legitima campanhas repressivas é o fenômeno do crack.

Nos últimos anos, o uso do crack adquiriu centralidade no debate público e midiático sobre drogas, conforme Oberling e Pinto (2015). Segundo as autoras, num primeiro momento, foi através das reportagens feitas na “cracolândia” de São Paulo. Gradativamente, outras “cenários de uso” em grandes cidades passaram a ser descobertas e amplamente divulgadas pelos principais meios de comunicação.

Esse tipo de reportagem engendra explicações de causa e efeito, entre crack-miséria-perda de controle/autonomia-violência. Nesse cenário, Oberling e Pinto (2015) constataam que os usuários são apresentados como “zumbis humanos” que perambulam pelas ruas das capitais, roubando pessoas e assustando pela sua aparência decrépita, de modo a reforçar ações do Estado que violam os direitos individuais, em prol de um suposto “bem comum” da sociedade.

Oberling e Pinto (2015) não refutam o fato de que, nos últimos anos, a venda e o consumo de crack se proliferou em diversas cidades do país. São médicos que atuam no atendimento ambulatorial e emergencial, moradores de comunidades, relatos de famílias, agentes da segurança pública. Segundo elas, são diversas as vozes e relatos sobre situações que retratam o surgimento de um novo produto no mercado ilegal de substâncias psicoativas. A forma sensacionalista que muitas vezes certos meios de comunicação usam para noticiar o “problema do crack” enseja para o público que não há outra opção que não a via da repressão e criminalização destes sujeitos, com internação compulsória⁵.

A estratégia médico-jurídica é reforçada por uma imagem hipossuficiente sobre os usuários de drogas. Segundo Oberling e Pinto (2015), é nesse sentido que a mídia combina

5. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, em pesquisa do Datafolha, em 2019, oito em dez brasileiros aprovavam a internação involuntária de dependente de drogas.

e reifica, por meio de seus critérios, uma abordagem punitiva para a sociedade brasileira como única saída possível para a questão.

Diante deste cenário, Boiteux (2015) conclui que a opinião pública brasileira reage de forma emocional ao problema das drogas retratado na mídia não por acaso, mas sim por não ter acesso a informações e evidências concretas sobre prevenção, efeito das drogas e tratamento, o que dificulta ainda mais a discussão sobre alternativas ao modelo atual.

5 | DROGAS: O QUE AS NOTÍCIAS MARANHENSES TÊM A INFORMAR?

Na tentativa de aferir de que modo a mídia maranhense tem abordado o tema, foram selecionados cinco portais de informação pertencentes a diferentes jornais, todos com ampla circulação no Maranhão, sendo eles: *G1/MA* (<<https://g1.globo.com/>>), *O Imparcial* (<<https://oimparcial.com.br/>>); *O Estado do MA* (<<https://imirante.com/oestadoma/>>); *O Progresso* (<<http://www.oprogressonet.com/>>); e *Jornal Pequeno* (<<https://jornalpequeno.com.br/>>). Ao inserir a palavra “droga⁶” no campo de busca dos referidos sites, foram obtidas 448 notícias, no período entre 01/01/2019 e 01/01/2020. Partindo dessa amostra, foram elaboradas algumas considerações, acerca de como o assunto é tratado, em seus mais diversos sentidos.

Em relação à frequência, foi possível constatar que todos os cinco portais de notícias veicularam matérias jornalísticas “sobre drogas”⁷ em todos os meses do ano de 2019, exceto o jornal *O Imparcial*, no mês de janeiro. Portanto, uma vez que os maranhenses foram rotineiramente expostos à temática, questiona-se: de que forma isso ocorreu?

A maioria das matérias jornalísticas, em 61,3% (275), noticiaram que alguém “prende”, foi “preso” ou sobre a “prisão” de alguém, ao passo que em 44,8% (199) das notícias houve menção direta ao “tráfico”, “traficar” ou “traficante”. Tendo em vista a amostra como um todo, considerando essas duas referências e outras correlatas, foi constatado que 89,5% (401) das notícias publicadas trataram diretamente sobre a atuação policial em relação à prática criminosa, envolvendo produção, consumo, venda e transporte de drogas, seguindo a tendência nacional que, conforme a pesquisa *Mídia e Drogas - O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira* (2004), noticia um grande volume de casos individualizados e de situações que envolvem violência, privilegiando o enfoque policial, em detrimento de matérias que atendam às demandas de usuários e daquelas que buscam acompanhar a implementação das medidas anunciadas pelo poder público.

Apenas 10,4% (47) das notícias abordaram o assunto em outras perspectivas, tais

6. No singular, pois deste modo a busca também acusou as ocorrências das palavras “drogas” e “drogado”.

7. O termo equivale aos parâmetros utilizados na pesquisa, ou seja, “sobre drogas” no sentido do que foi apurado na amostra sob análise.

como, envolvendo discussões legislativas, sobre pesquisas, ações de prevenção, palestras educativas, premiações a ações governamentais, etc. Dessa fração, apenas 3 notícias, ou seja, 0,006% do total aferido, abordaram de alguma forma a perspectiva antiproibicionista, sendo elas: “Estado de Nova York descriminaliza o uso de maconha (30/07/2019) – *Jornal O Estado do MA*”⁸; “Marcha da maconha acontece neste sábado (8) na Ilha (04/06/19) – *Jornal O Imparcial*”⁹; e “Anvisa aprova por unanimidade registro de medicamentos à base de maconha (03/12/19) – *Jornal Pequeno*”¹⁰.

Tendo em vista os dados aqui apurados, é possível afirmar que a mídia maranhense aborta o tema proeminentemente sob a linha proibicionista, especialmente pelo viés da criminalidade. Tal fato decorre, em primeira análise, da própria perspectiva formalmente adotada pelo país. Entretanto, mais que isso, a postura reafirma, fomenta e, de certo modo, legitima a linha de atuação estatal, em vez de permitir uma discussão mais ampla, sob outras perspectivas. A título de exemplo, temos a matéria “O uso das drogas, suas consequências e o inferno causado por elas (04/02/29) – *O Imparcial*”¹¹. Esta foi a primeira notícia do ano de 2019, publicada “sobre drogas” no aludido jornal - consagrado na mídia maranhense como o mais antigo do estado, vez que foi fundado em 1926.

A carga moral, com referência, inclusive, religiosa, embora corresponda a apenas uma notícia, significa bem mais que um caso isolado. Aqui, o sentimento de repulsa – que também permeia outras notícias, ainda que de modo velado – encontra-se explícito, para que seja compartilhado entre os leitores, a final de contas, quem, em uma sociedade pautada nos valores cristãos, quer viver em um “inferno”?

Foram constatados, ainda, indícios de que a veiculação de notícias “sobre drogas” reforça alguns estereótipos. Embora a palavra “suspeito (a)” apareça 73 vezes nas manchetes, a figura do “traficante” apareceu 27 vezes, do “bandido”, 4 vezes, e do “criminoso”, 1 vez. A referência a esses personagens constrói no imaginário popular a personificação do problema. Outras referências aos componentes do universo criminoso foram constatadas nas recorrências das palavras: “facção(ões)” (10), “quadrilha e organização criminosa” (15), “CV” (2) e “PCC”(1).

Cria-se um cenário polarizado, dividido entre dois mundos. De um lado, a polícia que prende, de outro, o suspeito que foi preso por tráfico. A recorrência do êxito policial,

8. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/07/30/estado-de-nova-york-descriminaliza-uso-de-maconha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

9. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2019/06/marcha-da-maconha-acontece-nesta-sexta-feira-8-na-ilha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

10. Disponível em: <<https://jornalpequeno.com.br/2019/12/03/anvisa-aprova-por-unanimidade-registro-de-medicamentos-a-base-de-maconha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

11. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/saude/2019/02/o-uso-das-drogas-suas-consequencias-e-o-inferno-causado-por-elas/>>. Acesso em: 27/04/2020.

ainda que na prisão do “líder” do tráfico na região (4), na operação que “desarticula” (14) ou “desmonta” (1) um arranjo criminoso, parece não repercutir no fato de que só crescem os índices de criminalidade nessa seara. Em 2019 foram veiculadas 4 notícias apontando dados estatísticos sobre o aumento de ocorrências de tráfico e de quantidade de droga apreendida, sendo elas: “Cresce o número de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas no Maranhão (14/09/2019) – *O Estado do MA*”¹², “Ocorrências de tráfico de droga crescem em Imperatriz (30/03/19) – *O Progresso*”¹³, “100 quilos de crack e cocaína apreendidos em cinco meses (14/06/19) – *O Imparcial*”¹⁴, “Quantidade de cocaína apreendida pela Receita bate recorde em 2019 (15/11/19) – *O Imparcial*”¹⁵.

Diante da condição construída como alarmante, surgem códigos de guerra, como se observa na recorrência da palavra “combate” (22), em que as tarefas das polícias federal, civil e militar são elevadas ao nível de “operação(ões)” (48). Tantos esforços empreendidos contra o lado oposto permite a indagação: será que as notícias de aumento nas ocorrências de tráfico são causa ou consequência da atuação policial? Ainda que a resposta seja afirmativa para ambas as hipóteses, ou seja, a despeito disso, as estatísticas têm o condão de justificar, perante a opinião pública, o trabalho nessa seara.

Por meio da mídia, as polícias prestam contas de seus trabalhos da maneira que lhes convém, ao passo que os veículos de informação garantem acessos, inclusive na divulgação de situações inusitadas. Histórias como a da “dama do crime”, do desmonte do laboratório de cocaína, do transporte de drogas dentro de bichos de pelúcia, da plantação de maconha em terras indígenas, do tráfico por meio dos Correios, etc, estão entre as notícias de repercussão, assim consideradas as que apareceram em mais de um dos cinco portais pesquisados, compondo 18,3% (82) da amostra.

Nessa guerra são identificados também territórios de disputa, quer seja na identificação de rotas de circulação de drogas, na prisão dos líderes de certas regiões, no desmonte de bocas de fumo, entre outros. Entram em cena diferentes entes estatais, visando o controle de territórios e conquista daqueles sob os quais supostamente se perdeu o domínio, a exemplo das notícias: “Vara da Infância e Juventude fiscaliza presença de adolescentes no Centro Histórico de São Luís (16/01/19) – *Jornal Pequeno*”¹⁶ e “Município

12. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/09/14/cresce-o-numero-de-mulheres-envolvidas-com-o-trafico-no-maranhao/>>. Acesso em: 27/04/2020

13. Disponível em: <<http://www.oprogressonet.com/policia/ocorrencias-de-trafico-de-droga-crescem-em-imperatriz/103568.html>>. Acesso em: 27/04/2020.

14. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/policia/2019/06/100-quilos-de-crack-e-cocaina-apreendidos-em-cinco-meses/>>. Acesso em: 27/04/2020.

15. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/policia/2019/11/quantidade-de-cocaina-apreendida-pela-receita-bate-recorde-em-2019/>>. Acesso em: 27/04/2020.

16. Disponível em: <<https://jornalpequeno.com.br/2019/10/01/vara-da-infancia-fiscaliza-presenca-de-adolescentes-na-praia-grande-em-sao-luis/>>. Acesso em: 27/04/2020.

de São Luís deverá demolir barracas irregulares no Sá Viana (01/07/19) – *Jornal Pequeno*¹⁷.

Além disso, foi possível notar a contribuição da mídia maranhense no processo de territorialização do consumo de crack, conforme Rui (2019), valendo-se, inclusive, de códigos interestaduais, na tentativa de enquadrar o regional no cenário nacional, por meio da notícia “Mais de 110 minicracolândias reúnem dependentes na Grande São Luís (27/07/2019) – *O Estado do MA*”¹⁸. A matéria pontua diferentes endereços na capital, descrevendo as dinâmicas de consumo e de vivência nesses territórios semelhantes à cracolândia paulista. Por fim, o texto apresenta o “Raio X do entorpecente na Ilha”, lançando mão de dados e conceitos, dentre eles: “Cracolândia: espaço onde várias pessoas se reúnem para consumir crack. Em São Luís, as cracolândias costumam reunir de 5 a 20 pessoas, diariamente.”

6 | CONCLUSÃO

O uso de “drogas” implica a formação da tríade substância, sujeito, contexto, em que contextos variados modulam experiências. Partindo dessa perspectiva, passamos de uma breve revisão de literatura sobre o proibicionismo para a compreensão de como são modulados seus valores. Questionamos como o contexto midiático poderia absorver certos gradientes valorativos da proibição, assim como se inscrevia numa visão moralizante da droga e de usuário, ou seja, como determinado contexto (nesse caso, a mídia) apresentava a relação entre sujeito e substância.

Nosso levantamento confirmou uma hipótese inicial de que as matérias dos meios de comunicação tendiam a uma prática de reificação e ratificação de toda a construção do proibicionismo, como apontado pela bibliografia explorada. Foram encontradas matérias com ênfase na linha proibicionista, especialmente pelo viés da criminalidade; com carga moral, com referência religiosa, bem como reforços de estereótipos de seus usuários.

Resultado disso é uma opinião pública arraigada em um moralismo centenário, porém, bastante presente e ainda atual, ao ponto de servir como umas das justificativas para a implementação do Pnad de 2019.

Acreditamos, assim como os autores Feffermann, Figueiredo e Adorno (2017), que a discussão sobre o tema de álcool e outras drogas na sociedade contemporânea, conforme perpassa, em geral, por um discurso moralista, criminalista e punitivista, é o que impede uma reflexão crítica e produz um efeito nefasto para o indivíduo e para a sociedade. Nesse

17. Disponível em: <<https://jornalpequeno.com.br/2019/07/01/municipio-de-sao-luis-devera-demolir-barracas-irregulares-no-sa-viana/>>. Acesso em: 27/04/2020.

18. Disponível em: <<https://mirante.com/oestadoma/noticias/2019/07/27/mais-de-100-minicracolandias-reunem-dependentes-na-ilha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

entendimento simplista, a droga é encarada como a “metáfora do mal”, situação em que o próprio termo “droga” adquire um significado negativo, reforçado em contextos que não são questionados. Diante da complexidade da discussão sobre drogas, os autores defendem uma visão multidisciplinar, no intuito de buscar desconstruir estigmas e preconceitos reforçados e justificados por questões econômicas, políticas, religiosas e por modos de vida.

Conforme relatado até aqui, o modelo proibicionista repousa sobre o fundamento moral originário do protestantismo anglo-saxão do final do século XIX, que vê na abstinência um ideal de virtude. O discurso proibicionista vende o assunto “droga” como um tabu, de modo que as substâncias proibidas representam o mal absoluto, a corrupção da juventude e negação dos valores morais, mas ignora completamente outras representações, costumes e culturas, conforme Boiteux (2015).

Figueiredo, Feffermann e Adorno (2017) defendem que, em relação ao uso problemático do álcool e outras drogas, a criminalização, os interesses econômicos, reforçados pelas mídias (conforme pudemos observar nos veículos de comunicação maranhenses pesquisados), produzem um efeito nefasto que têm como consequência o encarceramento em massa – tendo o Brasil a terceira maior população carcerária do planeta. Por fim, Soares (2019) destaca que em um contexto de criminalização de territórios empobrecidos e de seus moradores, somados a um alto índice de homicídios, as drogas servem também para manter a criminalização da pobreza e dos pobres, particularmente em uma sociedade que não conseguiu superar a tradição escravagista, autoritária e racista, como a sociedade brasileira.

Portanto, dentre as raízes do proibicionismo no Brasil, tem-se a aderência nacional a uma política autoritária e higienista, inspirada no modelo americano centenário de repúdio a estados alterados de consciência. Essa política e todo o imaginário que a sustenta é reafirmada e alimentada pelos grandes meios de comunicação e o Maranhão não escapa a essa realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A proibição às drogas não possui sustentação científica, diz neurocientista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/07/a-proibicao-as-drogas-nao-possui-sustentacao-cientifica-diz-neurocientista.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BOITEUX, L. Opinião pública, política de drogas e repressão penal: uma visão crítica. *In*: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 143-158.

BOKANY, V. Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça – Proximidades e opiniões. In: _____ (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 7-33.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019.** Aprova a Política Nacional sobre Drogas. *Diário Oficial da União*: Edição: 70-A, Seção: 1 – Extra, p. 7, 11 de abr. 2019.

CAMPOS, M. S. As percepções dos brasileiros sobre drogas, justiça e saúde. In: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 63-84.

DELMANTO, J. Drogas e opinião pública no Brasil: hegemonia da desinformação. In: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 85-102.

ESCOHOTADO, A. **Historia elemental de las drogas.** Barcelona: Anagrama, 1996.

FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. Introdução: Drogas e Saúde Pública: uma relação política e Complexa. In: _____ (Org.). **Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo.** São Paulo: Instituto de Saúde, 2017

LEITE, P. Datafolha: Oito em dez aprovam a internação involuntária de dependente de drogas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/datafolha-oito-em-dez-aprovam-a-internacao-involuntaria-de-dependente-de-drogas.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro de língua portuguesa. **Droga.** Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/droga/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MÍDIA E DROGAS - O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância & Programa Nacional de DST/AIDS – Ministério da Saúde. Brasília, 2004 (org.). Disponível em: <<https://www.andi.org.br/publicacao/midia-e-drogas-o-perfil-do-uso-e-do-usuario-na-imprensa-brasileira>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NAPPO, Solange A.; SANCHEZ, Zila M., RIBEIRO, Luciana Abeid. Is there a crack epidemic among students in Brazil? comments on media and public health issues. **Cad. Saúde Pública** [online]. 28 (9), p. 1643-1649, 2012.

NASLAUSKY, Ana Luísa Rocha Martins. **Entre flores, espinhos e cruz:** etnografia de uma comunidade terapêutica feminina em Imperatriz/MA. 130 f. Dissertação (mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2021.

_____; CONCEIÇÃO, Wellington da Silva; BRANDÃO, Beatriz. Proibicionismo brasileiro e seus desdobramentos: a moralidade na opinião pública e o papel da mídia maranhense. **Áskesis**, São Carlos - SP, v.8, n.2, p. 77 - 95, jul./dez. 2019.

OBERLING, A. F.; PINTO, N. M. Reflexões sobre as representações da mídia no debate de drogas. In: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo:

Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 159-176.

RODRIGUES, T. Drogas e Proibição: um empreendedorismo moral. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. (Org.). **Drogas & sociedade contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 33-55.

RUI, Taniele. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados: Mercados ilícitos e Cracolândias de São Paulo e Rio de Janeiro. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 573-588, 2019.

SILVA, M.L. **Drogas**: da medicina à repressão policial – a cidade do Rio de Janeiro de 1921 e 1945. Rio de Janeiro: Outrasletras/FAPERJ, 2015.

SIMÕES, J. “Prefácio”. *In*: LABATE, B. et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. Contra a drogafobia e o proibicionismo: dissipação, diferença e o curto-circuito da experiência. *In*: _____. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Biotempo, 2019.

SZASZ, Thomas. **Nuestro derecho a las drogas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

VENTURI, G. Consumo de drogas, opinião pública e moralidade: motivações e argumentos baseados em uso. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 2, p. 169-186.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

